

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2023
(Dos Srs. e Sras. Deputados(as) Alex Manente, Any Ortiz, Arnaldo Jardim e Amom Mandel)

Susta os efeitos do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam suspensos os efeitos decorrentes do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que “dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020”, publicado em 5 de abril de 2023 no Diário Oficial da União, Edição 66-A, Seção 1 - Extra A, Página 3 (Atos do Poder Executivo).

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Novo Marco do Saneamento Básico foi uma conquista para a universalização do esgoto tratado e da água potável no país. O Marco criou um ambiente de segurança jurídica, competitividade e sustentabilidade, que trouxe benefícios para cerca de 19,3 milhões de pessoas em 212 municípios. Um terço dos investimentos em saneamento e esgoto no Brasil são provenientes de empresas privadas. Com o Novo Marco, a expectativa de universalização dos serviços de água e esgoto, em comparação com o modelo anterior, foi antecipada em 27 anos.



O Decreto 11.467/2023 do Poder Executivo, objeto deste Projeto de Decreto Legislativo, alterara a legislação do setor de saneamento no Brasil, em evidente conflito com o que foi estabelecido em lei. O decreto, pois, exorbita do poder regulamentar ao instituir novos critérios de renovação de contratos das estatais sem licitação, permitindo que estatais ineficientes continuem operando por mais tempo, e altera competências da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), esvaziando sua competência técnica. Além disso, o decreto permite que as estatais operem em regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões sem a necessidade de licitação, e cria novos critérios e prazos para as estatais comprovarem sua capacidade financeira.

Embora o decreto objetive expandir o tempo para atingir as metas, sob o argumento de atrair mais investimentos, na realidade, trata-se de uma tentativa de proteger aliados do atual governo e defender as estatais, ainda que sejam ineficazes. A criação de insegurança jurídica para as empresas privadas representa um severo ataque à meta de universalizar o saneamento que tanto precisamos avançar. Postergar a exigência de licitações impede que empresas mais capacitadas prestem serviços a preços mais baixos, conferindo sobrevida a um sistema legal que perdura há mais de seis décadas e que o tempo comprovou como incapaz de superar as demandas por saneamento em nosso país.

Portanto, é fundamental que sejam mantidos os avanços trazidos pelo Novo Marco do Saneamento Básico, que criou um ambiente favorável para o investimento privado no setor. A expansão do saneamento deve ser feita de forma sustentável, buscando garantir o acesso de todos à água potável e ao esgoto tratado. Assim, é necessário que haja continuidade às políticas públicas voltadas para a melhoria dos serviços de saneamento e esgoto no país, em prol do bem-estar da população brasileira.

Por esse motivo, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição, com o intuito de preservar a competência constitucional deste Congresso Nacional, bem como garantir a expansão dos investimentos em saneamento, passo fundamental para conferir maior dignidade e saúde à população brasileira.

Sala das Sessões, em de abril de 2023.

Deputado Alex Manente
CIDADANIA/SP

Deputada Any Ortiz
CIDADANIA/RS

Deputado Arnaldo Jardim
CIDADANIA/SP

Deputado Amom Mandel
CIDADANIA/AM





Projeto de Decreto Legislativo **(Do Sr. Alex Manente)**

Susta os efeitos do Decreto nº 11.467, de 5 de abril de 2023, que dispõe sobre a prestação regionalizada dos serviços públicos de saneamento básico, o apoio técnico e financeiro de que trata o art. 13 da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, a alocação de recursos públicos federais e os financiamentos com recursos da União ou geridos ou operados por órgãos ou entidades da União de que trata o art. 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a alteração do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e do Decreto nº 10.430, de 20 de julho de 2020.

Assinaram eletronicamente o documento CD233513347800, nesta ordem:

- 1 Dep. Alex Manente (CIDADANIA/SP) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 2 Dep. Any Ortiz (CIDADANIA/RS) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 3 Dep. Amom Mandel (CIDADANIA/AM) - Fdr PSDB-CIDADANIA
- 4 Dep. Arnaldo Jardim (CIDADANIA/SP) - Fdr PSDB-CIDADANIA

